REQUERIMENTO Nº 032/2025

Requerem à Mesa Diretora a manifestação de moção de repúdio à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1141 promovida junto ao Supremo Tribunal Federal.

**Senhores Vereadores,
Mesa Diretora da Câmara de Vereadores,**

No uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, requer-se a:

MANIFESTAÇÃO DE MOÇÃO DE REPÚDIO

No exercício de nossas competências legais e regimentais, requeremos manifestação de Repúdio à **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1141** promovida junto ao Supremo Tribunal Federal, a qual propõe a legitimação da assistolia fetal no Brasil.

JUSTIFICATIVA:

Os vereadores da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, na qualidade de representantes democraticamente eleitos pela população duovizinhense, comprometidos com o fundamento republicano de zelarmos pela dignidade da pessoa humana e pelo direito a vida constitucionalmente assegurado, manifestamos repúdio com relação à **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1141** promovida junto ao Supremo Tribunal Federal, a qual propõe a legitimação da assistolia fetal no Brasil.

A assistolia fetal se configura como um procedimento utilizado na interrupção da gravidez acima de 20 semanas, e consiste na injeção de substâncias, como cloreto de potássio, no feto para interromper seus batimentos cardíacos antes da remoção do útero.

Tal proposta contraria diretamente o sentido da Constituição Federal, a legislação infraconstitucional, bem como, os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, que determinam o direito a vida como direito fundamental, e a partir dele se sustentam todos os demais direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma que “todo ser humano tem direito à vida”, independentemente da legislação vigente. Essa tentativa de relativizar o direito à vida ameaça os princípios fundamentais da democracia moderna, cujo alicerce é o reconhecimento de que todo ser humano possui direitos inalienáveis, sendo o primeiro e mais fundamental deles o direito à vida.

Assim, a legislação brasileira deixa claro que o nascituro, ou seja, o ser humano concebido mas ainda não nascido, possui direitos no ordenamento jurídico brasileiro, embora sua personalidade jurídica seja reconhecida com o nascimento com vida. Esses direitos incluem proteção à vida, saúde, integridade física, nome, dentre outros.

Por essas razões, a Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos **REPUDIA Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1141**, e reafirma seu compromisso com a defesa intransigente do direito à vida.

Plenário da Câmara de Vereadores,
em 14 de agosto de 2025.

Silvana Dal Molin
Vereadora Proponente

Cledimar Boaretto
Vereador Proponente

Edimarcos Bonis Dal' Agnol
Vereador Proponente

Aline Constantino
Vereadora Proponente

Deolino Benini Junior
Vereador Proponente